

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP
DEZEMBRO DE 1999**

**Texto original do Sumário Executivo da Pesquisa Avaliação dos
Programas da Rede de Proteção Social do Ministério da Educação:
PDDE, PNLD e PNAE**

1. O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO: OBJETIVOS E DIMENSÕES

1.1. Objetivos da Pesquisa de Avaliação

- *Conhecer*, de modo sistemático, as características dos processos de implementação dos três Programas da Rede de Proteção Social do MEC no ano de 1999;
- *Conhecer*, de modo sistemático, a execução orçamentária e financeira do Programa Nacional do Livro Didático, do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola em 1999;
- *Identificar e sistematizar* os fatores institucionais que condicionam positiva ou negativamente o processo de implementação e a eficácia dos três Programas, principalmente com relação ao repasse dos recursos;
- *Avaliar comparativamente* os processos e modalidades de descentralização dos Programas levando em conta as variações regionais, estaduais e municipais e, ainda, dos estabelecimentos de ensino;

1.2. Natureza e Desenho da Investigação

A pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa, voltada para a avaliação da eficácia do processo de implementação. A pesquisa objetivou aferir em que extensão as metas dos três Programas foram alcançadas, avaliando seus resultados imediatos (*outcomes*), bem como se os meios e a metodologia de implementação foram empregados de acordo com as estratégias previamente definidas. Avaliou ainda o grau de satisfação dos beneficiários em relação aos Programas.

A pesquisa avaliou a eficácia dos três Programas da Rede de Proteção Social a partir de duas dimensões distintas e complementares:

- i) Avaliação do desempenho orçamentário e financeiro dos programas;

Módulo 1 - Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE e Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

Neste módulo, os três Programas foram avaliados do ponto de vista de sua execução orçamentária e financeira. Analisou-se a especificidade dos gastos realizados nos programas, durante o ano de 1999, a distribuição dos gastos entre os estados e os municípios e os gastos realizados com a previsão orçamentária.

- ii) Análise através de métodos quantitativos;

Módulo 2 - Pesquisa junto aos diretores de escolas rurais e urbanas, selecionadas por amostragem segundo a dependência administrativa e o porte do estabelecimento e dos municípios

Este módulo tem como unidade de análise os estabelecimentos de ensino escolares municipais e estaduais do ensino fundamental. Seu objetivo central é a coleta de informações sobre as características do processo de implementação dos três Programas da Rede de Proteção Social do MEC. Essa pesquisa foi realizada em 11.072 escolas (5.871 Rurais e 5.201 Urbanas), amostra representativa, por UF, da rede escolar. A taxa de retorno dos questionários enviados foi de 44,1% para Escolas Rurais e de 44,5% para Escolas Urbanas. Os dados coletados permitiram o exame de: i) o destino e as formas de uso dos recursos transferidos; ii) as características e avaliações dos agentes institucionais envolvidos em sua implementação; iii) as características temporais do recebimento, uso e prestação de contas; iv) as características dos sistemas de informação e capacitação; v) as condições sob as quais os agentes implementadores executam suas funções; vi) os tipos de estabelecimentos que se encarregam da execução das funções descentralizadas.

Apresentam-se a seguir os principais resultados da avaliação.

2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE, DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE E DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO-PNLD

- A dotação orçamentária autorizada destinada aos diversos projetos e atividades do FNDE foi de cerca de R\$2,74 bilhões, excluindo-se os valores da cota parte estadual do Salário-

educação (destaque no valor de R\$1,45 bilhões) uma vez que estes recursos apenas transitam pelo FNDE sendo repassados automaticamente aos estados e DF.

- Os três programas focalizados receberam a maioria da dotação do órgão, 45,8%, e um montante expressivo de recursos orçamentários, R\$1,25 bilhões, conforme dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Demonstrativo dos gastos realizados pelo FNDE nos programas protegidos
1999

Em R\$ 1,00

Programas	Dotação Autorizada		Empenho		(b/a)	(c/a)
	(a)	%	Emitido (b)	Liquidado (c)		
Programas protegidos	1.255.028.473	45.8	1.224.811.866	1.217.537.843	97.6	97.0
1. PNAE	903.000.004	32.9	875.833.920	871.364.761	97.0	96.5
2. Livros Para Alunos e Biblioteca	298.200.500	10.9	295.149.976	295.149.976	99.0	99.0
PNLD/Livros Alunos	268.200.500	9.8	265.149.977	265.149.977	98.9	98.9
PNBE/Livros Biblioteca	30.000.000	1.1	29.999.999	29.999.999	100.0	100.0
3. PDDE/Gestão eficiente	83.827.969	3.1	83.827.969	81.023.105	100.0	96.7
Total do FNDE	2.740.844.833	100.0	2.433.143.408	2.144.388.899	88.8	78.2

Fonte: FNDE/DIRAE

Observações: (1) Não inclui os recursos da Cota Estadual do Salário-educação

(2) Não inclui a dotação e os empenhos emitidos e liquidados na Fonte: (292) Saldo de Exercícios Anteriores.

- O PNAE concentrou 32,9% da dotação orçamentária autorizada (R\$ 903,0 milhões), enquanto os outros dois (PNLD e PDDE) absorveram 10,9% da dotação (R\$382 milhões).
- Para o conjunto dos programas protegidos foram empenhados R\$1,22 bilhões, que representaram 97,6% da dotação prevista. Deste valor R\$1,21 bilhões foram pagos até março de 2000 (96,7% da dotação prevista).
- Observa-se que os programas protegidos – PDDE, PNLD e PNAE – apresentaram percentuais mais elevados de execução financeira do que a média dos outros programas sob responsabilidade do FNDE: enquanto nos outros programas foram emitidos empenhos de até 81,3% da dotação do órgão, nos programas protegidos os empenhos emitidos alocaram 97% da dotação dos três programas.
- O mesmo comportamento ocorreu no que diz respeito aos empenhos liquidados; enquanto nos outros programas foram liquidados empenhos na valor de 62,4% da dotação orçamentaria prevista para o ano de 1999, no PDDE foram liquidados 96,7% da dotação prevista, no PNAE 96,5% e no PNLD, 98,9%).
- Estes resultados da gestão orçamentária e financeira do FNDE, no ano de 1999, indicam

que os programas protegidos tiveram prioridade na destinação de recursos financeiros para cumprir a execução da dotação orçamentaria autorizada para o órgão.

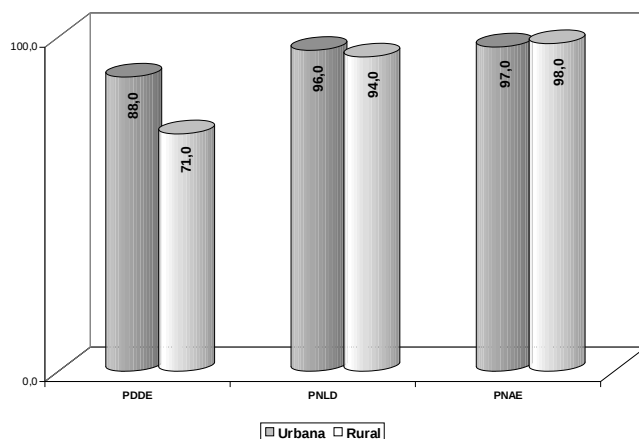
- Com relação à merenda, verifica-se que foram repassados recursos financeiros para a distribuição de merenda durante 200 dias letivos.
- No PDDE houve uma execução financeira total ainda que tenha ocorrido atraso no processo de repasse, que se iniciou apenas em agosto de 1999.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS DO SURVEY NACIONAL

- Os três Programas apresentaram taxas de coberturas nacional elevadas tanto nas escolas urbanas quanto rurais (Gráfico 1).

Gráfico 1

Cobertura do PDDE, PNLD e PNAE por escolas urbanas e rurais.
Brasil - 1999



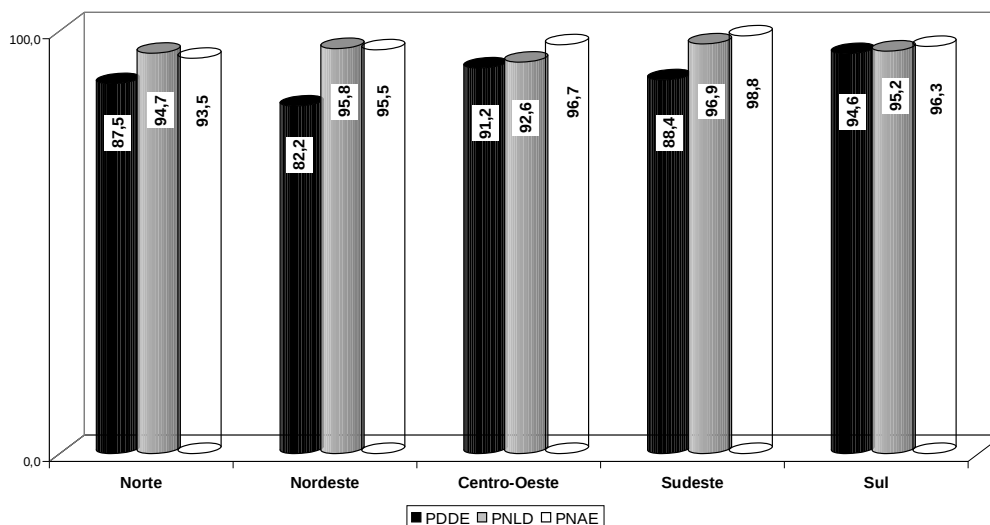
Fonte: NEPP/UNICAMP, 1999.

Nota: Para o PDDE, os dados referem-se ao ano de 1998.

- A análise regional também revela o bom desempenho dos Programas, conforme pode ser observado nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2

Cobertura do PDDE, PNLD e PNAE por escolas urbanas.
Brasil, Regiões - 1999

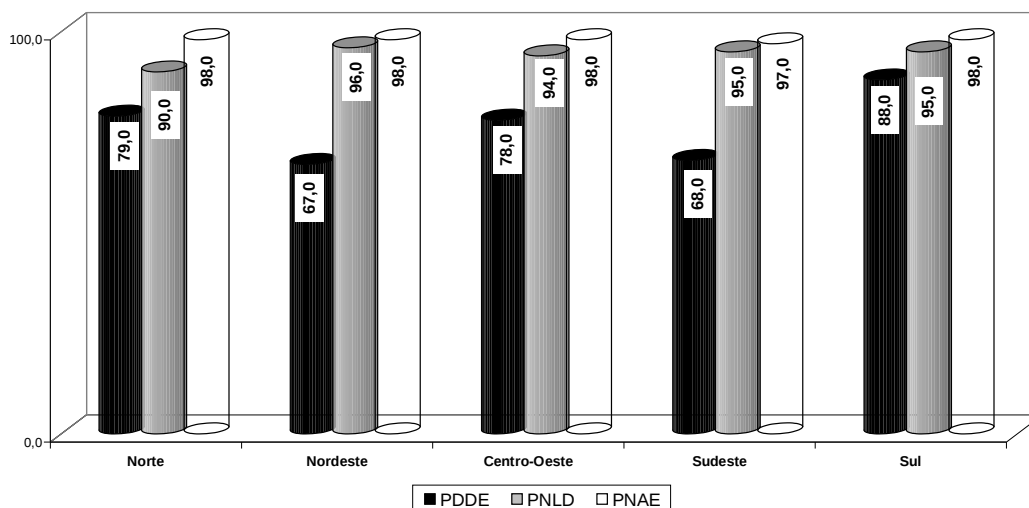


Fonte: NEPP/UNICAMP, 1999.

Nota: Para o PDDE, os dados referem-se ao ano de 1998.

Gráfico 3

Cobertura do PDDE, PNLD e PNAE por escolas rurais.
Brasil, Regiões - 1999



Fonte: NEPP/UNICAMP, 1999.

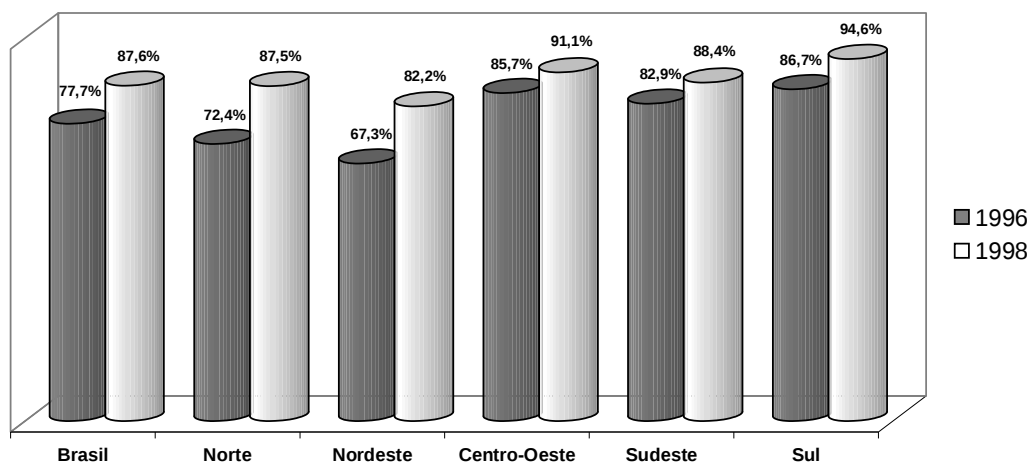
Nota: Para o PDDE, os dados referem-se ao ano de 1998.

Análise Comparativa 1996/1999

- A análise comparativa dos indicadores de cobertura das escolas urbanas revelam que o PDDE apresentou um desempenho muito positivo, ampliando a cobertura em 13%¹. Os maiores aumentos ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, reduzindo significativamente as diferenças regionais (Gráfico 4).

¹ Ver tabelas em Anexo.

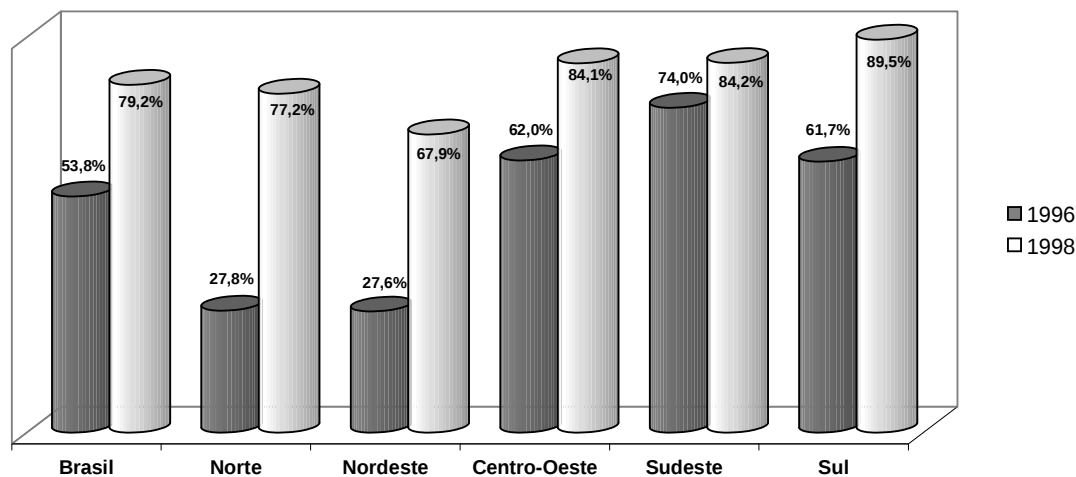
Gráfico 4 – Cobertura do PDDE: por escolas urbanas avaliação comparativa
Brasil e regiões – 1996/1998



Fonte: NEPP/UNICAMP, 1997, 1999.

- Também ampliou significativamente o número de escolas receberam os recursos através da Unidade Executora. Vale destacar o expressivo crescimento nas regiões Norte e Nordeste (Gráfico 5).

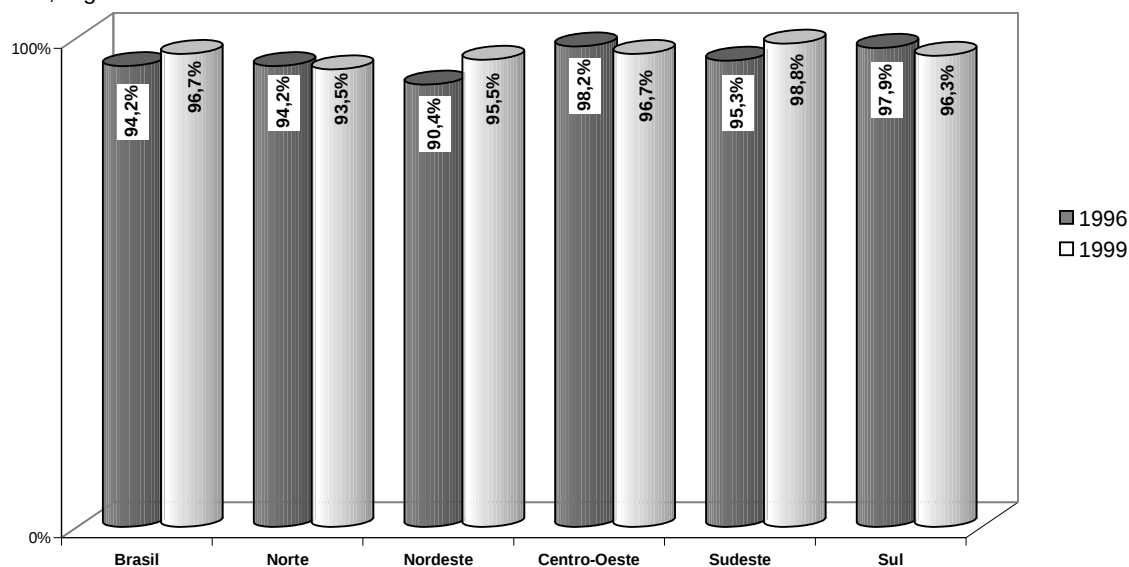
Gráfico 5 – PDDE. Escolas urbanas que receberam os recurso através da UEx: avaliação comparativa
Brasil, Regiões - 1996/1998



Fonte: NEPP/UNICAMP, 1997, 1999.

- O PNAE já apresentava um alto percentual de cobertura das escolas urbanas em 1996, que ampliou-se em 1999 (Gráfico 6).

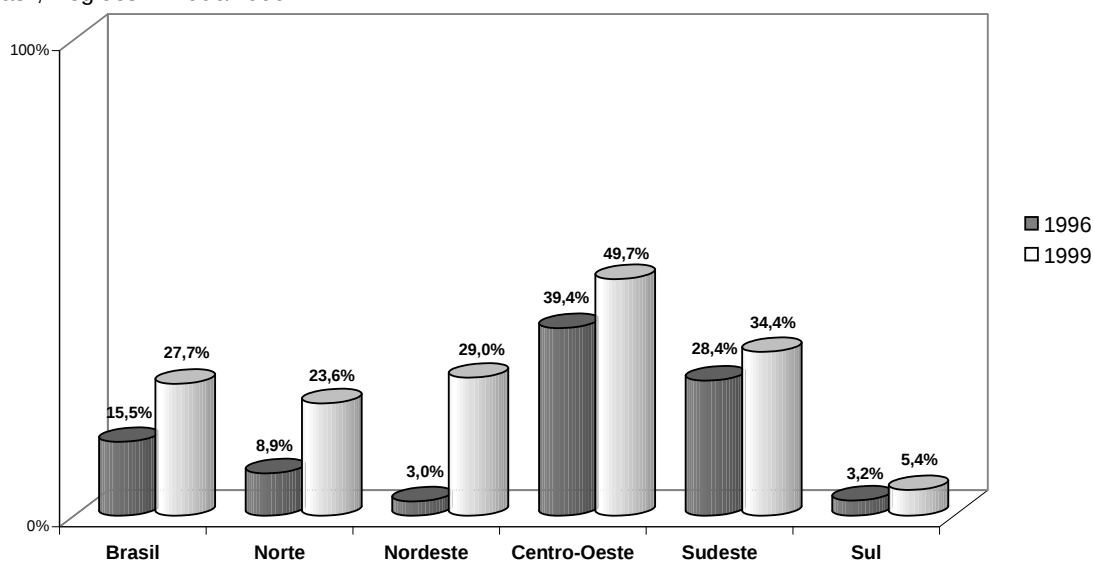
Gráfico 6 – Cobertura do PNAE. Por escolas urbanas Avaliação comparativa Brasil, regiões - 1996/1999



Fonte: NEPP/UNICAMP, 1997, 1999.

- No que se refere à forma de gerenciamento do PNAE, a forma predominante nos dois períodos analisados é a aquisição de gêneros alimentícios pelas secretarias, municipais ou estaduais². No entanto, ampliou-se o número de escolas que passaram a receber os recursos financeiros para adquirir os gêneros (Gráfico 7).

Gráfico 7 – PNAE. Unidades Escolares urbanas que receberam recursos financeiros para aquisição dos gêneros alimentícios: avaliação comparativa. Brasil, Regiões - 1996/1999



Fonte: NEPP/UNICAMP, 1997, 1999.

² Ver tabelas em Anexo.

A seguir, apresentam-se as principais informações referentes aos três programas para o ano de 1999.

3.1. Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE³

3.1.1. Cobertura

- Em 1998 - 4º ano de sua implementação - o Programa apresentou uma alta cobertura das escolas urbanas públicas de ensino fundamental (88%).
- As diferenças regionais de cobertura praticamente desapareceram em 1998.
- As escolas da rede municipal foram menos atingidas pelo programa do que as da rede estadual, em todas as regiões do país.
- Do universo de escolas rurais, 71% participaram do PDDE em 1998. Dentre elas, foram as escolas pequenas da rede municipal, aquelas que menos se beneficiaram do programa.

3.1.2. Existência de Unidade Executora

- Entre as escolas urbanas que participaram do Programa, a grande maioria, foi atendida através da UEx (90%). Entre as escolas urbanas com mais de 100 alunos que participaram do programa apenas 7% ainda não possuíam unidade executora constituída⁴.
- Durante os quatro anos de existência do Programa o percentual de escolas que constituíram suas UEx, passando a participar do Programa de forma autônoma, ampliou-se significativamente. Ampliou-se de forma mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste resultando em uma homogeneização das regiões.
- As escolas urbanas que ainda não possuíam Uex, em 1.998, participaram do Programa recebendo equipamentos, materiais e serviços (63%) ou os recursos financeiros (37%) repassados pela Prefeitura Municipal ou Secretaria Estadual.
- 70% das escolas rurais que participaram do Programa não possuíam UEx.
- 75% das escolas rurais que não possuíam UEx receberam equipamentos/materiais e serviços repassados pela Prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação.
- Dentre o universo de escolas rurais com mais de 100 alunos, 38% não constituíram UEx.

3 Os dados referem-se à execução do Programa no ano de 1998.

4 A legislação do Programa estabelece a obrigatoriedade da UEx somente para as escolas com mais de 100 alunos.

3.1.3. Execução dos Recursos

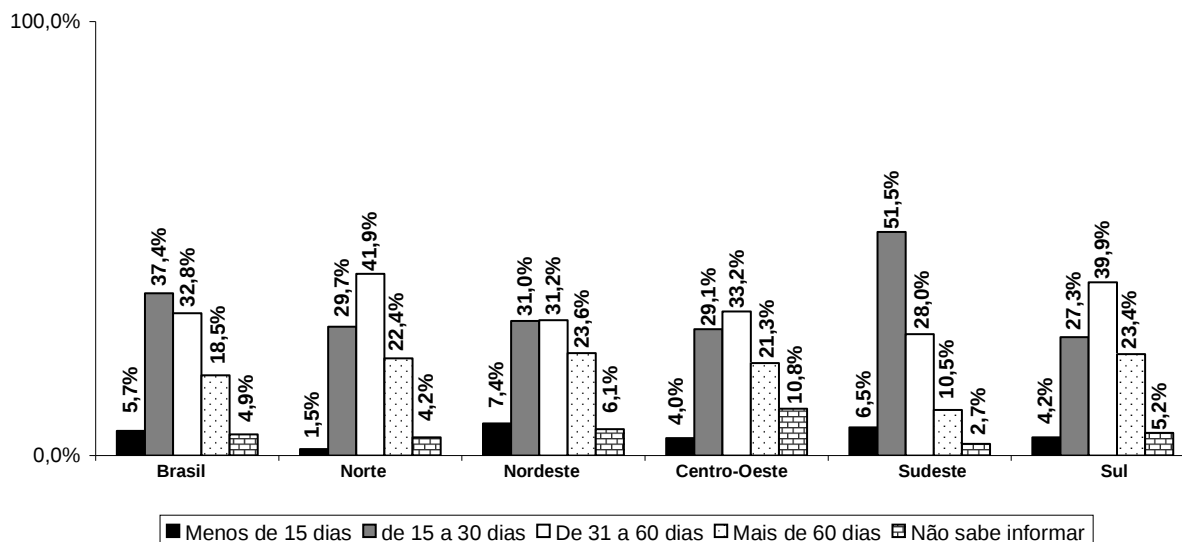
- Para 94,2% das escolas a execução do Programa não foi difícil e 82,9% afirmaram que depois das primeiras experiências a execução ficou mais fácil.
- Dentre as principais dificuldades encontradas destacam-se problemas na compra de material ou na contratação de serviços (36%) e problemas com relação à existência ou identificação da agência bancária no município (21%).

3.1.4. Prestação de Contas

- 92,6% dos diretores declararam ter entregue a prestação de contas no prazo estipulado. Somente 0,6% afirmaram não ter realizado a prestação de contas e 6% a realizaram fora do prazo estipulado.
- 75% das escolas declararam não ter enfrentado qualquer dificuldade para sua realização.
- Expressivo percentual de diretores (33,5%) afirmou que o prazo para a prestação de contas foi muito curto.
- 5,7% dos diretores tiveram prazos realmente exíguos (menos de 15 dias).
- 37,4% dos diretores informaram que o prazo para a prestação de contas foi de 15 a 30 dias.
- 32,8% informaram que o prazo foi de 31 a 60 dias
- e, finalmente, 18,5% das escolas tiveram mais de 60 dias para apresentar a prestação de contas. Ver Gráfico 8.

Gráfico 8

PDDE: Prazo para prestação de contas
Brasil e Regiões – 1999



Fonte: NEPP/UNICAMP. *Avaliação dos Programas da Rede de Proteção Social do Ministério da Educação*

3.1.5. Perfil do gasto

- As escolas basicamente investiram os recursos do programa em material de Consumo, incluindo: material de secretaria, material para alunos, material de limpeza, (84%); em Mobiliário e Equipamento (78%); seguido de Manutenção do Prédio Escolar (64%) e Material Didático (63%). Despesas com Capacitação dos Professores e Atividades Educacionais, foram indicadas por apenas 11% das escolas.
- A análise regional não aponta diferença significativa quanto ao perfil do gasto realizado pelas escolas.
- A rede municipal dispendeu uma quantidade menor de recursos com Manutenção do Prédio se comparada à rede estadual.
- Entre as escolas pequenas também é menor o percentual das que gastam recursos com Manutenção do Prédio, Mobiliário/Equipamento e Capacitação/Atividades Pedagógicas, em comparação às escolas médias e grandes.

3.1.6. Participação da Comunidade Escolar

- 84% dos diretores declararam que os membros da UEx de suas escolas participaram de fato da execução do Programa.
- 13,2% dos diretores consideraram a existência de UEx uma mera formalidade.
- 74% dos diretores afirmaram que a administração autônoma dos recursos pela escola estimula a participação dos pais e (79,1%) não se consideraram sobrecarregados com as atividades do Programa
- 87,7% não consideraram que a unidade escolar, como um todo, tenha ficado sobrecarregada com estas novas atividades.
- 22,3% afirmaram que a execução do programa acarreta excessiva responsabilidade para o diretor e para a UEx.

3.1.7. Grau de Satisfação dos Beneficiários e Usuários

- A grande maioria dos diretores (95,7%) demonstrou-se satisfeita com o PDDE.
- 93,8% avaliaram que a existência do PDDE e a autonomia da escola/unidade executora para administrar os recursos possibilitam um melhor atendimento de necessidades das escolas.
- 92% dos diretores consideraram que a escola necessita do Programa porque ele permite atender às necessidades mais urgentes da escola.
- 74% concordaram que a administração dos recursos financeiros do Programa está estimulando a participação dos pais dos alunos na gestão da escola.
- 81,3% dos diretores atribuíram notas altas ao Programa considerando-o *bom*.

3.2. Programa Nacional do Livro Didático

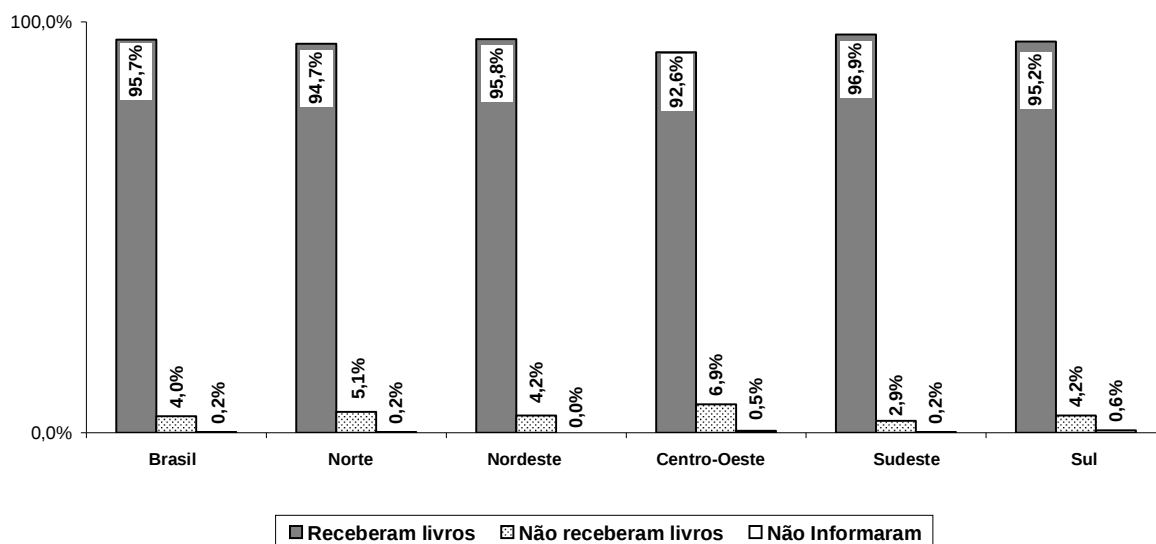
3.2.1. Cobertura de Escolas

- 95,7% das escolas públicas urbanas de ensino fundamental receberam livros didáticos para o ano letivo de 1999.
- A análise regional revela que todas as regiões apresentaram indicadores próximos à média nacional, para as escolas urbanas à exceção da Sudeste, com um índice um pouco superior (96,9%), e do Centro-Oeste, com um percentual levemente abaixo à média (92,6%). Ver gráfico 9.

- Na rede estadual a cobertura do programa é um pouco superior (97%) do que na rede municipal (94,3%).

Gráfico 9

PNLD: Escolas urbanas que receberam o livro didático
Brasil e Regiões - 1999



Fonte: NEPP/UNICAMP. *Avaliação dos Programas da Rede de Proteção Social do Ministério da Educação*

- Os dados relativos às escolas rurais indicam uma boa cobertura do PNLD: 94,5% das escolas receberam os livros do Programa para o ano de 1999. Com exceção da região Norte, nas demais regiões os índices de escolas que não receberam livros não ultrapassaram o percentual de 5,7% (região Centro Oeste).
- Quanto à esfera administrativa da rede escolar, a municipal acusou maior recebimento (95,1%) em contraposição à estadual (88,7%).

3.2.2. Cobertura de Alunos

- O desenho do Programa, ao contemplar que o livro didático deve ser reutilizado por um período de três anos, estabelece que o atendimento dos alunos varia segundo um cronograma de distribuição que contempla envio de livros novos, reposição e complementação. Isto significa que num determinado ano serão distribuídos livros novos para todos os alunos apenas de algumas séries e disciplinas; ou livros somente para reposição. Considerando estas características do PNLD e o fato de que em 1999 foram distribuídos livros novos para todos os alunos da primeira série e reposição de livros para as demais séries, os dados da pesquisa revelam que:

- 76% das escolas urbanas receberam livros para mais da metade deles ou para todos os alunos.
- Apenas 12,5%, para menos da metade dos alunos matriculados.
- A cobertura foi maior, abrangendo mais da metade dos alunos, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, na rede estadual e nas escolas grandes.
- As regiões Norte e Nordeste, as escolas municipais e as escolas pequenas apresentaram os piores indicadores de cobertura.

3.2.3. Período e forma de chegada dos livros

- A maior parte das escolas recebeu os livros no prazo considerado desejável, ou seja, no início do ano letivo: 51,2% das escolas receberam todos os livros até fevereiro.
- 22,6% receberam parte dos livros até fevereiro e parte depois de iniciado o ano letivo. Apenas 7,8% das escolas informaram que os livros chegaram depois do mês de fevereiro.
- Dentre as regiões, é a Sudeste que apresenta o melhor desempenho e a região Norte, a pior devido às dificuldades conhecidas de distribuição decorrentes das características geográficas e problemas de comunicação.
- Quanto às condições de conservação dos livros no ato de recebimento, a grande maioria das escolas (78,7%) declarou que os livros chegaram às escolas em boas condições e em embalagem de plástico.
- 19% do total dos livros recebidos chegaram embalados em papel. Tal situação foi preponderante na região Sudeste (42,5%), onde o Programa tem execução descentralizada nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

3.2.4. Grau de satisfação dos beneficiários/usuários

a) Procedimentos de rotina de implementação

- Quanto ao prazo de entrega dos livros pelo Programa – aspecto tradicionalmente apontado como ponto problemático do PNLD – 70,7% dos diretores consideraram bom o desempenho do Programa, no ano de 1999.
- Em comparação ao prazo executado pelo PNLD em 1998, houve uma melhora significativa: para 76,6% das escolas o prazo “melhorou”, enquanto que para 19,2% delas ele se manteve. Apenas 1,8% das respostas indicam que o prazo “piorou”, em comparação ao ano anterior.
- A forma de distribuição dos livros, em relação à ocorrida em 1998, foi considerada “boa” por 74,1% das escolas urbanas, “regular” por 18,8% e “ruim” por 3,3% delas.

- processo de escolha dos livros é apontado como “bom” por 67,2% das escolas pesquisadas, e como “regular” por 26,5% delas. Quanto ao atendimento e respeito às solicitações dos livros feitas pelos professores, 56,7% das escolas indicaram como “bom” o atendimento, enquanto 33,6%, apenas “regular”, e 5,8%, como “ruim”.

b) Qualidade dos livros didáticos

- A qualidade dos livros distribuídos pelo PNLD em 1999, melhorou para 63,5% das escolas, e manteve-se boa para 27,7% delas. Para apenas 2% das respostas obtidas, o Programa “piorou” quanto à qualidade dos livros.

c) Satisfação dos alunos e contribuição dos livros didáticos

- Em relação à contribuição dos livros recebidos para a aprendizagem dos alunos, a classificação “bom” foi assinalada por 70,8% dos diretores das escolas.
- 93,5% dos diretores opinaram que, os alunos “gostam de utilizar”, e aprovam os livros didáticos adotados.

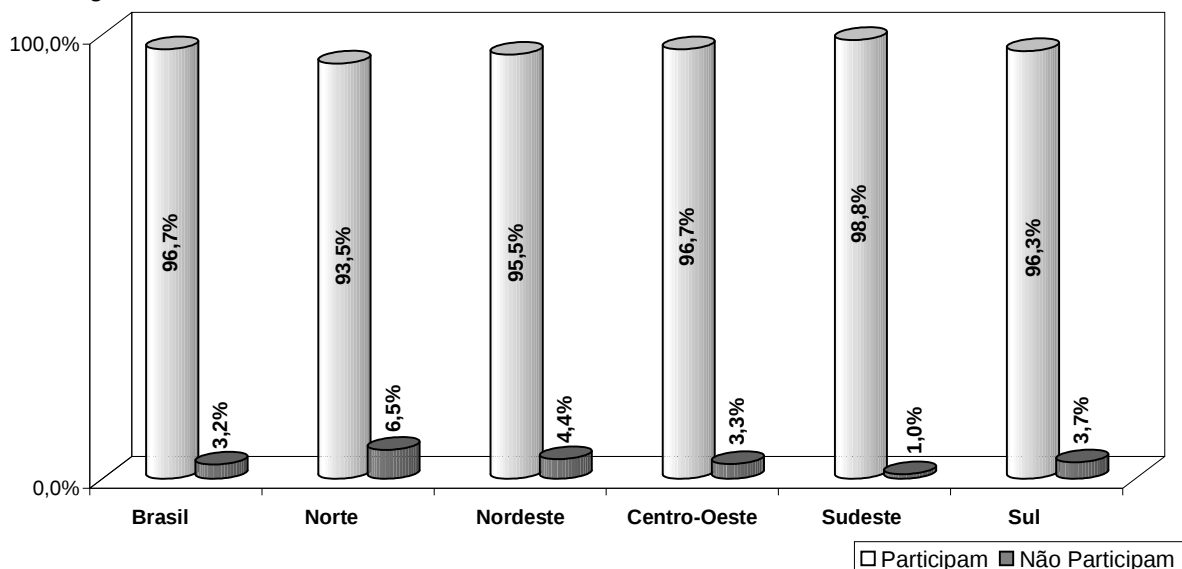
3.3. Programa Nacional de Alimentação Escolar

3.3.1. Cobertura

- O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem cobertura praticamente universalizada, uma vez que ele está implementado em 96,7% das unidades escolares públicas urbanas distribuídas pelo território nacional. (Gráfico 10).
- As escolas que se encontram sob responsabilidade da esfera estadual têm maior cobertura (97,9%) do que as municipais (95,4%).

Gráfico 10

PNAE: Escolas urbanas que receberam merenda
Brasil, regiões - 1999



Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação dos Programas da Rede de Proteção Social do Ministério da Educação

- 98,1% das escolas públicas rurais participaram do PNAE.

3.3.2. A regularidade no oferecimento da merenda⁵

- Em 66% do conjunto das escolas urbanas públicas não houve interrupção no oferecimento da merenda.
- Destaca-se a regularidade do oferecimento nas regiões Sudeste (81,1%) e Sul (79,5%).
- Nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, é muito baixo o percentual de escolas que apresentaram regularidade no oferecimento da merenda (39%, 50% e 52% respectivamente).
- Não há grandes diferenças de regularidade na oferta de merenda entre as redes municipal (64%) e estadual (67%).

⁵ A pesquisa aferiu a regularidade do programa durante os meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 1999.

- No período das férias regulares apenas 8% das unidades escolares forneceram merenda para os alunos, destacando-se as escolas da região Nordeste, com um percentual de 12%.

3.3.3. Existência de Reforço Alimentar

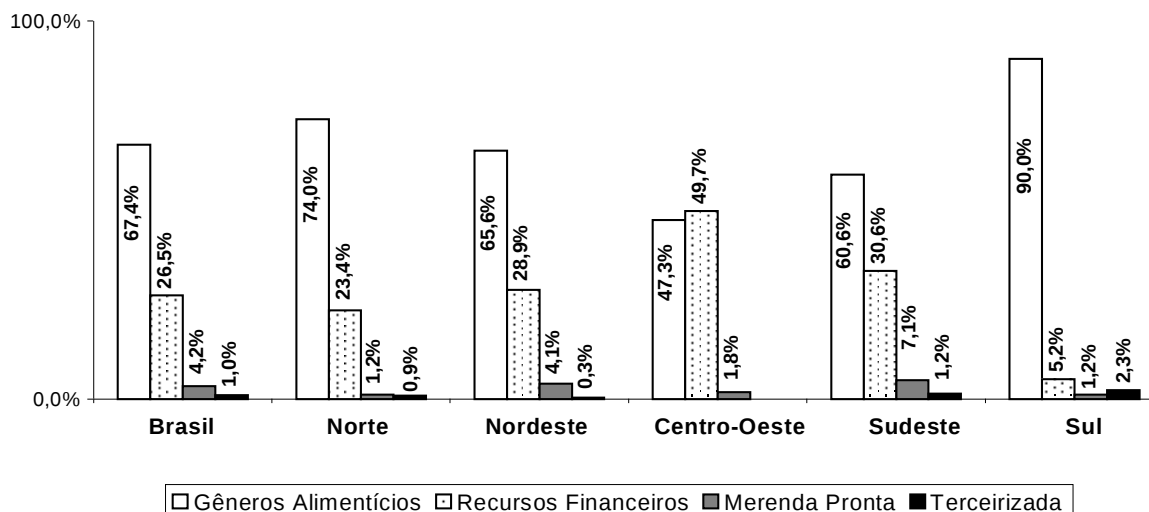
- A inclusão de alimentos que não foram anteriormente planejados é uma característica que se verifica nacionalmente: em 57% das escolas urbanas de ensino fundamental a merenda é reforçada.
- O reforço alimentar é mais presente na região Sul (73,5%) e ocorre com menor intensidade no Nordeste (42,2%) e no Norte (48,2%).

3.3.4. Formas de operacionalização do Programa

- O recebimento de gêneros alimentícios pelas escolas urbanas ainda é o formato mais freqüente (67%), independentemente da localização das unidades escolares. Destacam-se a região Sul com o mais expressivo percentual, atingindo 90% e a Centro-Oeste com o mais baixo, 47%. Quanto à esfera administrativa, 82% das escolas municipais receberam gêneros alimentícios e 54% das estaduais.
- O recebimento de recursos financeiros pelas escolas urbanas já é o segundo formato mais utilizado, atingindo atualmente cerca de um terço das escolas urbanas. Ela é mais presente na esfera estadual.
- Apenas 4% das escolas receberam a merenda pronta. Esse formato está mais presente no Sudeste (7,0%).
- Os casos em que a merenda é fornecida por empresa contratada não têm expressão nacional, sendo que sua maior ocorrência acontece na região Sul (2,3%), (Gráfico 11).

Gráfico 11

PNAE: Por escolas urbanas formas de Operacionalização
Brasil e Regiões - 1999



Fonte: NEPP/UNICAMP. *Avaliação dos Programas da Rede de Proteção Social do Ministério da Educação*

3.3.5. A atuação do Conselho de Alimentação Escolar

- 47% das escolas públicas urbanas de Ensino Fundamental estão submetidas ao acompanhamento de um Conselho de Alimentação.
- Em 8% delas, os Conselhos não são atuantes pois “existem só no papel”.
- 29% dos diretores não souberam informar sobre a existência ou não do órgão.
- 13% das escolas informaram que não estão submetidas à fiscalização do Conselho dado à sua inexistência.

3.3.6. Supervisão do programa

- 79% das escolas urbanas estiveram submetidas à supervisão.
- Em 86% delas essa supervisão foi realizada por meio de visitas.

3.3.7. Grau de satisfação dos beneficiários/usuários

- 89% dos diretores das escolas urbanas consideraram que os alunos gostam da merenda servida.
- 75% dos diretores das escolas rurais e 61%, das urbanas, acreditam que a maioria dos alunos da escola têm a merenda escolar como a principal refeição do dia.
- 84% dos diretores das escolas urbanas avaliaram como boa a qualidade da merenda servida.

A N E X O

Tabela 1

PDDE Distribuição das escolas urbanas por modalidade de recebimento, segundo as regiões.

Brasil, 1996 e 1998

	Brasil			Regiões														
				N			NE			CO			SE			S		
	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T
Participam do Programa	77,7	87,6	12,7	72,4	87,5	20,9	67,3	82,2	22,1	85,7	91,1	6,3	82,9	88,4	6,6	86,7	94,6	9,1
Não participam do Programa	18,1	9,6	-47,0	22,6	10,5	-53,5	26,6	12,6	-52,6	13,3	6,7	-49,6	13,0	10,0	-23,1	11,4	4,4	-61,4
Não Informaram	4,2	0,1	-97,6	5,0	0,0	-100,0	6,1	0,0	-100,0	0,9	0,0	-100,0	4,1	0,0	-100,0	19	0,2	-89,5
Total	45.220	49.140	8,7	3.720	3.894	4,7	15.008	16.095	7,2	3.634	3.834	5,5	15.681	16.705	6,5	7.177	8.612	20,0

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1998. Q21

Tabela 2

PDDE Distribuição das escolas urbanas por modalidade de recebimento, segundo dependência administrativa e porte da escola.

Brasil, 1996 e 1998

	Dep. Adm.						Porte da Escola								
	E			M			G			M			P		
	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T
Participam do Programa	86,9	92,0	5,9	62,6	82,8	32,3	86,4	92,7	7,3	75,7	88,3	16,6	63,0	72,6	15,2
Não participam do Programa	9,9	5,6	-43,4	31,5	14,1	-55,2	9,8	5,8	-40,8	19,6	8,9	-54,6	32,7	21,5	-34,3
Não Informaram	3,3	0,1	-97,0	5,8	0,0	-100,0	3,8	0,0	-100,0	4,7	0,1	-97,9	4,4	0,1	-97,7
Total	28.047	25.711	-8,3	17.173	23.429	36,4	13.617	20.779	11,6	17.905	20.461	14,3	8.698	7.900	-9,2

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1998. Q21

Tabela 3

PDDE Distribuição das escolas urbanas por modalidade de recebimento, segundo porte do município.

Brasil, 1996 e 1998

	Porte do Município								
	G			M			P		
	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T
Participam do Programa	80,3	90,1	12,2	76,3	86,6	12,2	74,6	85,4	14,5
Não participam do Programa	16,3	7,9	-51,5	19,3	8,6	-55,4	20,1	12,3	-38,8
Não Informaram	3,5	0,0	-100,0	4,5	0,0	-100,0	5,2	0,1	-98,1
Total	21.410	22.840	6,7	9.693	8.496	-12,3	14.117	17.804	26,1

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1998. Q21

Tabela 4

PDDE Distribuição das escolas urbanas que receberam o dinheiro diretamente na conta da UEx, segundo dependência administrativa e porte da escola.

Brasil, 1996 e 1998

	Brasil			Regiões														
				N			NE			CO			SE			S		
	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T
A escola recebeu o dinheiro diretamente na conta da Uex	53,8	79,2	47,2	27,8	77,2	177,7	27,6	67,9	116,0	62,0	84,1	35,6	74,0	84,2	13,8	61,7	89,5	45,1
Total	35.361	49.140	39,0	2.708	3.894	43,8	10.216	16.095	57,5	3.118	3.834	23,0	13.075	16.705	27,8	6.244	8.612	37,9

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1998. Q21

Tabela 5

PDDE Distribuição das escolas urbanas que receberam o dinheiro diretamente na conta da UEx, segundo dependência administrativa e porte da escola.

Brasil, 1996 e 1998

	Dep. Adm.						Porte da Escola								
	E			M			G			M			P		
	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T
A escola recebeu o dinheiro diretamente na conta da Uex	66,6	88,5	34,9	27,4	69,1	152,2	61,9	89,2	44,1	49,9	80,9	62,1	39,8	48,9	22,9
Total	24.479	25.711	5,0	10.882	23.429	115,3	16.225	20.779	28,1	13.621	20.461	50,2	5.515	7.900	43,2

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1998. Q21

Tabela 6

PDDE Distribuição das escolas urbanas que receberam o dinheiro diretamente na conta da UEx, segundo porte do município.

Brasil, 1996 e 1998

	Porte do Município								
	G			M			P		
	1996	1998	T	1996	1998	T	1996	1998	T
A escola recebeu o dinheiro diretamente na conta da Uex	48,3	84,1	74,1	52,8	78,0	47,7	63,5	73,6	15,9
Total	17.351	22.840	31,6	7.429	8.496	14,4	10.581	17.804	68,3

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1998. Q21

Tabela 7

FNAE Cobertura do Programa: percentuais das escolas urbanas, segundo as regiões.

Brasil, 1996 e 1999

	Brasil			Regiões														
				N			NE			CO			SE			S		
	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T
Participam do Programa	94,2	96,7	2,7	94,2	93,5	-0,7	90,4	95,5	5,6	98,2	96,7	-1,5	95,3	98,8	3,7	97,9	96,3	-1,6
Não participam do Programa	2,6	3,2	23,1	3,5	6,5	85,7	5,5	4,4	-20,0	0,8	3,3	312,5	0,9	10	111	0,9	3,7	311,1
Não Informaram	3,2	0,1	-96,9	2,3	0,0	-100,0	4,2	0,1	-97,6	10	0,0	-100,0	3,8	0,1	-97,4	13	0,0	-100,0
Total	45.220	49.110	8,7	3.720	3.894	4,7	15.008	16.095	7,2	3.634	3.834	5,5	15.681	16.705	6,5	7.177	8.612	20,0

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1999, Q95.

Tabela 8

FNAE Cobertura do Programa: percentuais das escolas urbanas, segundo dependência administrativa e porte da escola.

Brasil, 1996 e 1999

	Dep. Adm.						Porte da Escola								
	E			M			G			M			P		
	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T
Participam do Programa	95,2	97,9	2,8	92,6	95,4	3,0	94,4	97,5	3,3	95,9	96,3	0,4	90,3	95,8	6,1
Não participam do Programa	1,8	2,1	16,7	4,0	4,4	10,0	1,7	2,5	47,1	2,2	3,5	59,1	5,6	4,2	-25,0
Não Informaram	3,1	0,0	-100,0	3,3	0,2	-93,9	3,9	0,0	-100,0	1,9	0,2	-89,5	4,1	0,0	-100,0
Total	28.047	25.711	-8,3	17.173	23.429	36,4	18.617	20.779	11,6	17.905	20.461	14,3	8.698	7.900	-9,2

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1999, Q95.

Tabela 9

FNAE Cobertura do Programa: percentuais das escolas urbanas, segundo porte do município.

Brasil, 1996 e 1999

	Porte do Município								
	G			M			P		
	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T
Participam do Programa	95,2	96,4	1,3	93,4	96,6	3,4	93,2	97,3	4,4
Não participam do Programa	2,1	3,6	71,4	3,4	3,4	0,0	2,8	2,5	-1,7
Não Informaram	2,6	0,0	-100,0	3,2	0,0	-100,0	3,9	0,2	-94,9
Total	21.410	22.840	6,7	9.693	8.496	-12,3	14.117	17.804	26,1

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1999, Q95.

Tabela 10

FNAE Distribuição das escolas urbanas participantes por forma de recebimento, segundo as regiões.

Brasil, 1996 e 1999

	Brasil			Regiões														
				N			NE			CO			SE			S		
	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T
Gêneros alimentícios	70,5	67,9	-3,7	81,8	74,7	-8,7	80,1	65,8	-17,9	55,5	47,3	-14,8	54,9	60,1	9,5	87,7	92,1	5,0
Recursos financeiros	15,5	27,7	78,7	8,9	23,6	15,2	3,0	29,0	86,7	39,4	49,7	26,1	28,4	34,4	21,1	3,2	5,4	68,8
Merenda pronta na escola	9,0	3,5	-61,1	5,0	12	-76,0	9,6	4,1	-57,3	14	18	28,6	12,6	5,1	-59,5	5,5	13	-76,4
Não Informaram	5,0	0,9	-82,0	4,4	0,5	-88,6	7,2	12	-83,3	3,7	11	-70,3	4,1	0,4	-90,2	3,6	12	-66,7
Total	43.839	44.967	2,6	3.589	3.608	0,5	14.000	15.346	9,6	3.602	3.709	3,0	15.533	14.197	-8,6	7.115	8.107	13,9

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1999. Q96.

Tabela 11

FNAE Distribuição das escolas urbanas participantes por forma de recebimento, segundo dependência administrativa e porte da escola.

Brasil, 1996 e 1999

	Dep. Adm.						Porte da Escola								
	E			M			G			M			P		
	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T
Gêneros alimentícios	64,3	53,7	-16,5	80,8	83,0	2,7	67,5	68,2	10	73,9	65,8	-11,0	70,1	72,9	4,0
Recursos financeiros	22,2	43,1	94,1	4,4	11,5	161,4	17,6	29,6	68,2	15,7	28,8	83,4	10,3	20,2	96,1
Merenda pronta na escola	9,5	2,5	-73,7	8,1	4,5	-44,4	10,3	17	-83,5	5,8	4,2	-27,6	12,8	5,9	-53,9
Não Informaram	3,9	0,8	-79,5	6,8	10	-85,3	4,6	0,4	-91,3	4,6	13	-71,7	6,8	0,9	-86,8
Total	27.367	23.105	-15,6	16.472	21.863	32,7	18.277	18.320	0,2	17.388	19.248	10,7	8.174	7.399	-9,5

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1999. Q96.

Tabela 12

FNAE Distribuição das escolas urbanas participantes por forma de recebimento, segundo porte do município.

Brasil, 1996 e 1999

	Porte do Município								
	G			M			P		
	1996	1999	T	1996	1999	T	1996	1999	T
Gêneros alimentícios	77,2	77,5	0,4	75,4	68,4	-9,3	56,9	55,4	-2,6
Recursos financeiros	13,6	20,8	52,9	14,6	27,6	89,0	19,1	36,7	92,1
Merenda pronta na escola	5,5	13	-76,4	4,9	2,8	-42,9	17,2	6,6	-61,6
Não Informaram	3,7	0,5	-86,5	5,1	12	-76,5	6,9	12	-82,6
Total	20.951	20.804	-0,7	9.306	8.009	-13,9	13.582	16.154	18,9

Fonte: NEPP/UNICAMP. Avaliação de Programas do MEC para o Ensino Fundamental, 1999. Q96.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NEPP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Av. Albert Einstein, 1300

Campinas - SP - Brasil

CEP. 13083-852

TEL: (019) 3788-2495 / 3788-2496 / 3289-3901 / 3289-3143

FAX: (019) 3289-4519

Caixa Postal - 6166

E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br

Homepage: www.nepp.unicamp.br